



## **A LEI 10.639/03 E AS NARRATIVAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS DOS LIVROS ANIMADOS DE A COR DA CULTURA: UM NOVO OLHAR PARA O ENSINO DE LEITURA NO FUNDAMENTAL II**

Elinalva Roseno dos Santos Silva de Abreu

*Universidade Estadual da Paraíba – [elyroseno@yahoo.com.br](mailto:elyroseno@yahoo.com.br)*

### **RESUMO**

Neste artigo apresentamos uma proposta de implementação da Lei 10.639/03 na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Padre Hildon Bandeira, em Alagoa Grande/PB, na turma do 7º Ano no ano de 2015. Iniciamos com breve estudo da legislação acerca da inserção do negro até a Lei 10.639/03 e a leitura crítica das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Depois realizamos junto aos discentes discussões de como se dá a construção identitária negativa em crianças negras, mediante a leitura não crítica dos contos de fadas tradicionais e como mudar suas (futuras) práticas como profissionais e cidadãos para valorizar a história e cultura afro-brasileira e africana. E por fim, realizamos encontros com atividades, em cujo início se visibiliza o negro no currículo escolar, mediante a Lei 10.639/03 e que culminarão com a construção de materiais ou apresentações baseados nas narrativas dos “Livros Animados” do programa “A Cor da Cultura”, cuja tessitura dos personagens negros é inovadora, mediante a ressignificação e valorização do ser negro (a) em nosso país, já que o enfoque do nosso projeto é a desconstrução do eurocentrismo e o ressignificar da identidade negra pela literatura na escola.

Palavras-chave: Lei 10.639/03, Identidade Negra, Literatura Infanto-juvenil

### **INTRODUÇÃO**

O trabalho com a leitura no Ensino Fundamental, tanto no primeiro quanto no segundo segmento é essencial para a formação do (a) aluno (a), já que possibilita um melhor desempenho no concernente a leitura e escrita, e uma compreensão mais apurada das diversas vivências e situações do seu cotidiano, que permitirão sua ciência de deveres e direitos como cidadãos, mediante o uso da palavra em qualquer modalidade.

O espaço escolar, na atualidade, é um dos lugares, no qual os discentes têm possibilidades para construir conhecimentos, nas diferentes áreas, mas pode funcionar ainda como o local em que mais surgem preconceitos e desigualdades. No ensino de Língua Portuguesa, e especificamente, com o trabalho pela Literatura, através dos paradidáticos, observamos o desenvolvimento de discriminações, no que se refere às questões de raça/etnia, gênero, cor, dentre outros, e estas presentes no contexto educacional, proporcionam uma aprendizagem, que desperta naqueles considerados diferentes, um sentimento de auto-rejeição e inferioridade com a normatividade apresentada pela escola, via discurso literário presente nas obras de cunho eurocêntrico e masculino.

Com o advento da Lei 10.639/03, resultado de um longo processo de lutas e reivindicações do movimento negro, ocorre a mudança na LDB, nº 9394/96, que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana na educação básica, especialmente em artes, história e português. Assim, em



consonância com esta Lei e pela inovação ao modificarmos a prática de leitura no Ensino Fundamental II propusemos este projeto, mediante a utilização das narrativas africanas e afro-brasileiras dos *Livros Animados* de *A Cor da Cultura* para dialogarmos acerca dos preconceitos raciais relacionados aos negros e descendentes, partindo da reparação curricular, ao mesmo tempo, que objetivamos o reconhecimento dos valores da história e cultura do negro, visto que buscamos promover a aquisição de conhecimentos que possam levar ao resgate da identidade e autoestima dos integrantes da comunidade escolar afrodescendente, suscitando-lhes um sentimento de pertencimento a um povo, cujo passado histórico lhes desperte orgulho e não vergonha ou inferioridade.

## **METODOLOGIA**

Bagno (2003, pp.29-30), diz que a metodologia em um projeto didático “tem a ver com o modo de obtenção dos dados que sustentarão a pesquisa” e para isso “é preciso ter um método” que expresse os objetivos do estudo, do tipo de questões a que procura responder, da natureza do fenômeno estudado e as condições em que o mesmo se dá.

Nossa proposta didática será realizada na turma do 7º Ano D, turno vespertino, da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Padre Hildon Bandeira, na cidade de Alagoa Grande, composta de 29 alunos, com idades entre 12 e 16 anos.

Para a realização das atividades da proposta didática usaremos: DVDs do programa *Nota 10*, DVDs do programa *Livros Animados* de *A Cor da Cultura*, TV, aparelho de DVD, papel ofício, tesouras, régua, cartolina, papel 40, lápis (de madeira/ hidrator), livros, caixa de papelão, cola branca, cola quente, e.v.a, TNT, tintas acrílicas, pincéis, lã de tapeçaria, folhas de árvores.

Durante a realização das atividades serão utilizados o caderno de campo e a câmera fotográfica. E ainda será usada, a “observação direta intensiva”, pois de acordo com Marconi e Lakatos (2008, p. 110) nesta se “utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade.” E por esta técnica de coleta de dados essencial a toda pesquisa científica, observar está além de “ver ou ouvir”, mas significa “examinar” atentamente os “fatos ou fenômenos que se deseja estudar”, ou seja, analisar um objeto para deste adquirir um conhecimento claro e preciso. Assim a execução do projeto se dará em três momentos.

No primeiro momento teremos a apresentação do projeto e respostas ao questionário de sondagem e a exibição do programa “*Nota 10- A Cor da Cultura*”, episódios 1 e 3, “*África no Currículo Escolar e Igualdade de Tratamento e Oportunidade*”, seguidos da elaboração de cartazes positivando o povo negro. No segundo momento teremos a exibição dos “*Livros Animados*” (Vol. 1-3) de *A Cor da Cultura*. O último momento se dará com a culminância do projeto onde serão recontadas as narrativas (contos, lendas, mitos) lidas em sala de aula por meio dos cineminhas, teatrinho de fantoches e pela peça teatral para a comunidade escolar.

## **RESULTADOS**

Este projeto nasceu da necessidade de praticarmos, de fato, nos ambientes escolares, a Lei 10.639/ 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, através do



reconhecimento, valorização e afirmação de direitos no concernente a educação. HAMZE (2009, *fonte eletrônica*) afirma que é essencial o:

estudo de assuntos decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana deve ser componente dos estudos do cotidiano escolar, uma vez que os alunos devem educar-se enquanto cidadãos participativos em uma sociedade multicultural e pluriétnica, tornando-se capazes de construir uma pátria democrática. Além disso, devem-se incluir no contexto dos estudos e ações escolares, as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, além das de ascendência africana e européia. É preciso ter clareza que a admissão de novos conteúdos, estabelece que se repensem relações étnico-raciais, sociais e pedagógicas. (*sic*)

Em concordância com a autora, nos propusemos a realizar este projeto didático visto que os alunos da escola em que atuamos apresentam grande dificuldade no tangente ao trabalho com a leitura e com as questões etnicorraciais. Logo, no intuito de tornar o trabalho com Literatura mais atrativo e significativo, superando não apenas as dificuldades apresentadas pelos alunos, detectadas em levantamentos iniciais, em relação ao que lê e infere, propomos também neste projeto a aplicação de uma intervenção didática utilizando, em específico, livros cuja temática retome valores e tradições pertinentes a história e cultura de afrodescentes e africanos. Assim elaboramos e aplicamos a mesma contendo atividades, cuja realização em sala de aula ocorreu mediante sensibilização no tocante ao tema e pelo reconhecimento e valorização da cultura e história do negro, a prática conjunta e individual de leituras e a construção de materiais : cartazes, cineminha, fantoches variados e peça teatral, que auxiliaram no reconto das narrativas assistidas e lidas.

Acreditamos que, com essa proposta utilizando com DVDs e livros que narram lendas, contos, mitos de origem africana ou afro-brasileira com os quais desenvolvemos um conhecimento estimulante, cuja construção e apropriação serviram como alicerce para os alunos compreenderem, permeados pelo espírito de autocrítica e do respeito às diversidades sociais, a relevância do mesmo para a sua formação e o desenvolvimento da sociedade brasileira através do desconstruto dos estereótipos e preconceitos nos diversos âmbitos sociais.

## **DISCUSSÃO**



A literatura através de sua linguagem ficcional pode ser utilizada de maneira positiva para uma releitura da realidade, uma crítica de situações preconceituosas, possibilitando ao professor trabalhar com o imaginário da criança e do adolescente, de maneira a fazê-los refletir sobre sua maneira de se ver e ver o outro. Trabalhar a temática da cultura africana e afro-brasileira a partir de livros literários pode levar a criança e o adolescente a perceber e re-elaborar os conceitos e pré-conceitos impostos a eles pela sociedade. E com o advento da Lei 10.639 de 2003 se abriu espaço para esta discussão nas escolas brasileiras, no entanto, acompanhando a produção de livros infanto-juvenis, enquanto professora-pesquisadora, constato ainda a presença acanhada de personagens negros que protagonizem histórias, sejam crianças ou adultos. Para Oliveira (2003, p. 2):

... a inexistência ou a escassa presença de livros literários com personagens negros nas escolas. [...] – [em que] prevalecia, sempre, os personagens brancos, [...]. Ou seja, com traços predominantemente europeizados. [...], os alunos [...] [...] em grande maioria negros, ou morenos, como se autodenominam, e outros de tez clara, quando das festas realizadas nas escolas, escolhiam os colegas para representar os papéis de heróis, príncipes, princesas, fadas, conforme o padrão de beleza branco: [...]. Agora, quando se tratava de escolher [...] os antagonistas, [...], a bruxa, o representante do mal, indicavam os colegas negros.

Dessa forma, a escola é hoje, um dos espaços no qual pela literatura infanto-juvenil, circulam uma produção que mantém uma porcentagem alta de livros, nos quais não há presença de personagens negros, num país com uma população de cerca de 50% de pessoas afrodescendentes. A literatura é uma fonte para a formação de leitores sensíveis e críticos, mas é também lugar de propagação de ideologias perigosas e discriminatórias com o Outro, o diferente.

Acreditamos que uma proposta didática com o uso de narrativas africanas e afro-brasileiras, via Lei 10.639/03 possibilitará ao discente uma formação, de fato, para a consciência política, histórica da diversidade e construção de uma identidade pelas práticas que superem o racismo e o preconceito existente no cotidiano escolar (ABREU, 2010).

## **O NEGRO E A LEGISLAÇÃO: DOS PRIMÓRDIOS ATÉ A LEI 10.639/03 NO ESPAÇO ESCOLAR**

A educação entendida *a priori* como um direito social é também um processo de desenvolvimento humano. Consoante se pode observar nos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), a educação escolar corresponde a um espaço sociocultural e institucional, responsável pelo trato pedagógico do conhecimento e da cultura. Mediante isto, em conformidade com Cavalleiro (2006), estaríamos trabalhando em solo pacífico, visto que universalista. No entanto, no



mundo real da escola as práticas educativas, que se propalam como universalistas, ou seja, iguais para todos, se tornam as mais discriminatórias. Em contrapartida, surge à luta histórica dos movimentos sociais, e especificamente, a dos movimentos negros brasileiros por uma sociedade mais igualitária e uma educação que valorize cada sujeito, inclusive o negro, constantemente excluído da história (ou quando incluído, representado por uma trajetória repleta de estereótipos) e da cultura deste país.

Através da legislação, ou seja, por meio das Leis, os direitos da população negra foram garantidos, principalmente, a partir da segunda metade do século XX. Após a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1945 e a promulgação, em 1948, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Brasil começou as ações de combate ao racismo e ao preconceito quando sancionou em 1951 a Lei Afonso Arinos, na qual a discriminação racial foi caracterizada como contravenção penal, visto que se proibiu a discriminação no Brasil. Nas décadas seguintes, diversos movimentos e eventos foram organizados no Brasil com o intuito de eliminar todos os tipos de discriminação racial. Em seguida chegamos a mais uma vitória, a Constituição de 1988, em que se considerava a prática do racismo como crime imprescritível e inafiançável, e ainda ressaltava as manifestações culturais como um bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, idade e quaisquer outras maneiras de discriminação. Depois foi publicada a Lei nº 7716/89, a chamada Lei Caó, na qual são definidos os crimes resultantes de discriminação por raça ou cor (CAVALLEIRO, 2006, p.16).

As Leis foram sancionadas objetivando impedir o racismo na sociedade brasileira, entretanto no campo educacional, só possuíamos de concreto os PCN que tratavam em específico da pluralidade cultural, entretanto, como se tratava de um parâmetro e não de uma Lei, ninguém se sentia na obrigatoriedade de inserir a temática em sala de aula. Assim, Lopes (2008) ressalta que os PCN – embora valorizem os saberes locais a proporção em que é ponto de partida para a assimilação do patrimônio cultural da humanidade apresentam, porém, as diferenças culturais como diferenças psicológicas, e não considera os aspectos sociológicos. Nesse sentido, os PCN buscam homogeneizar, ao garantir uma equidade social que escondem as desigualdades econômicas, sociais e culturais das crianças. O destaque ao tema pluralidade cultural “é justificado por se considerar que a vida democrática exige o respeito às diferenças culturais” (LOPES, 2008, pp.70-71) e, mesmo quando os PCN se referem às diferenças, o enfoque principal é dado nas características étnicas, o que entra em choque com o próprio objetivo dos PCN, que objetivam posicionar-se ainda contra



discriminações originadas em diferenças de classe social, crenças, sexo e outras características individuais e sociais.

Com a promulgação em janeiro de 2003 da Lei 10.639, (atual Lei 11.645/08) que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96 para inserção no currículo oficial da obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira e Africana e Indígena é que se assinala, segundo Cavalleiro (2006), a intenção do estado brasileiro em eliminar o racismo e a discriminação racial nas escolas. No entanto, entendemos que uma lei, como no caso da 10.639/03, não implica necessariamente uma modificação de práticas historicamente constituídas de desvalorização da história, literatura e da cultura do povo negro nas salas de aula. E, mesmo no caso em que se inserem a temática, percebemos que o enfoque dado por determinados professores estimula e até reforça com mais intensidade a situação de exclusão da população negra situação que precisa ser modificada urgentemente.

Acreditamos que o passo inicial para o reconhecimento e a valorização do povo negro nas escolas brasileiras se deve à inserção dos artigos 26A e 79B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como veremos a seguir:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. [\(Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008\).](#)

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. [\(Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008\).](#)

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” (BRASIL, 2003).

Ao analisarmos tais alterações na LDB, percebemos que é clara a determinação. A temática deve ser inserida no conteúdo programático oficial e não como uma disciplina nova, conforme muitos profissionais da educação pensaram quando a Lei foi sancionada; mas, nas disciplinas já existentes de uma forma em que se desconstrua a história “oficial”, muitas vezes,



contada na escola e contida nos livros didáticos em que o povo negro aparece na grande maioria, como sujeitos inferiores e, por conseguinte, menos importantes que os brancos na formação da sociedade brasileira.

A educação se constitui em um dos mecanismos primordiais de transformação na vida de um povo, por isso é papel da escola, “como instituição voltada para a constituição de sujeitos sociais [...] afirmar um compromisso com a cidadania, [que] coloque em análise suas relações, suas práticas, as informações e os valores que veicula.” (BRASIL, 1998), ou seja, no espaço escolar se deve de forma democrática e comprometida pela promoção do ser humano e de sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos, os quais respeitem as diferenças e as características próprias de grupos sociais e minorias, uma vez que a educação é principal via para o processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania (BRASIL, 2004).

### **CONTOS DE FADAS TRADICIONAIS: A LEITURA QUE (DE)FORMA O SUJEITO?**

Para a escritora Ana Maria Machado em entrevista a Bencini (NOVA ESCOLA, 2005, p.54), os contos de fadas são o gênero literário mais rico do imaginário popular “Essas histórias funcionam como válvula de escape e permitem que a criança vivencie seus problemas psicológicos de modo simbólico, saindo feliz dessa experiência”. Consoante Bruno Bettelheim (1980, p.73) estes são um tipo de leitura que ensinam a criança que:

O herói do conto de fadas tem um corpo que pode executar feitos miraculosos. Identificando-se [...], qualquer criança pode se compensar- em fantasia e através da identificação – de todas as inadequações, reais ou imaginárias, do seu próprio corpo. Pode [...], fazer seu corpo ser e efetuar tudo que [...] poderia almejar.

Diante do que foi dito surgem mediante o contexto do Brasil, algumas instigações: a) Como os (as) alunos (as), em sua maioria afro - descendentes, sairão felizes dessas experiências literárias se não se reconhecem nos arquétipos europeizados apresentados? b) De que forma se sentirão satisfeitos se os personagens e as situações apresentadas não condizem com a sua vivência? c) Como a fantasia dos contos de fadas ajudará a formar sua personalidade, se nestes predomina o padrão de beleza branco e incentiva a uma postura discriminatória ao fixar o papel social de homem e de mulher? d) Que emoções são estas, numa realidade como a nossa? Serão positivas ou negativas?



Vivemos em uma sociedade, na qual a educação não é uma prioridade real, pois, em geral, a escola ignora a diversidade ao tratar das diversas questões sociais. Logo, não é de se estranhar que no trabalhar com literatura infantil, haja ênfase por parte dos professores, com poucas exceções, na narrativa dos contos de fadas, no fundamental I sem uma perspectiva crítica, que se oponha a esta total aculturação, no que se refere à etnia, devido à supervalorização do eurocentrismo tão presente em nossa sociedade, e conseqüentemente em nossas escolas. Diante de tudo isso, discordamos do que foi dito por Machado e Bettelheim sobre os contos de fadas, que tendo o lado positivo de riqueza do imaginário popular e vocabular, apresenta um lado negativo de desestabilizar o sujeito, haja vista que, para uma criança negra, a vivência no contexto escolar com a inexistência ou a escassa presença de livros infantis com personagens negros (as), (que não sejam estereotipados) nas aulas ministradas pelos docentes, provoca um sentimento de inferioridade, rejeição, no que concerne ao seu fenótipo, e, isto refletirá, de forma contundente, em uma postura discriminatória para consigo mesma ou por parte dos colegas, gerando conflitos em sua personalidade e em seu convívio social, pois “Não seria novidade ,[...] ,(re)afirmar que grande parte de nós fomos (de)formados por uma educação eurocêntrica, resultante do projeto de embranquecimento social” (OLIVEIRA, 2007) .

O racismo é comum no contexto escolar, e diante deste como ignorar a desvalorização e o descontentamento dos alunos, reflexo do desestímulo que sentem diante do niilismo identitário gerado na leitura dos contos, em cuja tessitura ocorre um reforço dos padrões estéticos, culturais e sociais considerados adequados na formação psicosssexual e de autoimagem do sujeito. Tanto a escola quanto a literatura infanto-juvenil podem contribuir como propagadores dos arquétipos das personagens dos contos, segundo Oliveira (2003, p. 2):

Um dos problemas [...] foi a inexistência ou a escassa presença de livros literários com personagens negros nas escolas. [...] - prevalecia, sempre, os personagens brancos, sob os moldes dos contos de fadas. Ou seja, com traços predominantemente europeizados. [...], os alunos [...] (da Educação Infantil [...]), em grande maioria negros, ou morenos, como se autodenominam, e outros de tez clara, quando das festas realizadas nas escolas, escolhiam os colegas para representar os papéis de heróis, príncipes, princesas, fadas, conforme o padrão de beleza branco: [...]. Agora, quando se tratava de escolher [...] os antagonistas, [...], a bruxa, o representante do mal, indicavam os colegas negros.



As representações na literatura infantil trabalhadas nas escolas influenciadas pelo currículo eurocêntrico deixam as crianças negras excluídas, devido as suas características étnicas, pois o “racismo é um veneno ideológico que é aprendido; uma construção histórica e social que penetra nas práticas sociais, [...], no inconsciente e [...] racionalidade.” (Giroux, 1999, p.134). E da relação de poder entre brancos e negros, cujos moldes arraigados estão intrínsecos na mente das pessoas e em boa parte se basearam nos modelos de príncipes, princesas e fadas, ou no caso de oposição aos padrões de bom caráter, por sua vez, nas (os) vilãs (ões), que exprimem a maldade, destruidoras devido a sua diferença da ordem estabelecida. As crianças desenvolvem de modo singular e com muita intensidade uma forte impressão fantasiosa pelas histórias que ouvem, leem ou veem, tanto na escola quanto em casa. E isso ocorre através dos contos de fadas que vêm sendo contados, recontados e tem influenciado de forma aculturada e “inocente” gerações. Assim, no instante em que leem estas obras, de forma inconsciente incorporam com relação à raça padrões de comportamento, sistemas de valores, e modos de antever as consequências de determinadas circunstâncias ou atos, visto que através da fantasia, o destino criado para as personagens é sumamente importante.

A nossa discussão agora, encaminha-se para a questão de se na atualidade a identificação do sujeito e as características das relações raciais são fruto da biologia ou reflexo da assimilação cultural e histórica, oriundas principalmente da fantasia dos contos tradicionais. Conforme Hall (1997, p. 13), a identidade “É definida historicamente, e não biologicamente. [...]. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia.”. A identidade única é uma criação histórica e cultural, mas não biológica, pois cada vez que tentamos uma identificação completa e sem as variações sofridas pelo tempo e contato com o Outro, construímos uma identidade problemática, devido às diferenças existentes. Por ser formada, ao longo do tempo e através dos processos inconscientes, não é inata, mas construída uma pelo imaginário ou fantasia. Passa-se assim, a compreensão de que a unicidade identitária é algo instável, pois esta é composta realmente de várias identidades que são reflexo de um sujeito “fragmentado”.

A partir dos contos, as crianças negras construíram a sua autoimagem, mediante a cor representada nestes, porquanto através das narrativas criam ideias sobre quem são o que conseguem ou não fazer, compreendendo que determinados comportamentos recebem recompensa, e em que consiste a mesma. Uma análise baseada nas personagens das histórias infantis tradicionais apresenta os padrões discriminatórios que das mesmas emergem.



Comumente, nos contos de fadas aparecem personagens femininas numa disputa de “beleza”, na qual a mais bela é sempre uma moça branca, escolhida por ser também dócil, gentil, merecedora da recompensa, devido não só a sua superioridade étnica, mas pela sua submissão e por suportar todos os sofrimentos de maneira resignada até ser salva por um herói. A feiura é sempre associada ao mau caráter e as donzelas bonitas desconfiarão de todas as feias, porque são apresentadas como perversas e sem escrúpulos. Às vezes surgem beldades malvadas, caracterizadas assim por terem poder. A donzela branca, em sua maioria, desamparada é o arquétipo de heroína dos contos, isto implica para a menina negra que tenta se associar a esta imagem, um problema em relação à cor, porque ela não se reconhecerá e isto provocará um grave conflito na sua construção como sujeito.

O objetivo primordial dos clássicos conforme alguns estudiosos é formar leitores, porém, do jeito como são apresentados, ao invés de formá-los, na realidade tem influenciado para deformar de maneira desastrosa e cruel a identidade de crianças negras, que devido ao seu fenótipo não se enquadram no conceito de beleza-padrão presente nos contos infantis. Tais textos não são inócuos, visto que, quando foram escritos tinham além do propósito de apresentar e resolver os dramas existenciais da época, apontar os padrões sociais para crianças e jovens do passado, porém ao serem usados na atualidade pelos docentes, sem uma crítica dos temas tratados e sem a realização de paralelo que possibilite uma permanente construção/reconstrução do sujeito, independente de sua cor, transformam-se em uma leitura alienante e ideologicamente perigosa. E nosso maior objetivo é provar que o conto de fadas (Lopes, 2001), “está expandindo a ‘ideologia do branqueamento’, que se alimenta dos estereótipos de superioridade e inferioridade das raças”, além de “promover a exclusão, a autorrejeição e a baixa-estima da pessoa estigmatizada pela discriminação” á medida que estipula os padrões de beleza branco na nossa escola e, por conseguinte, na sociedade.

A partir da compreensão destas peculiaridades na questão do trabalho com a literatura infantil para a aplicabilidade da Lei 10.639/03, pela identificação étnicorracial é possível perceber que são várias as frentes de atuação, não só por parte dos professores, mas também de todos os profissionais da educação como um todo, que devem buscar a desconstrução das ideias e comportamentos presentes na sociedade, passando pela valorização dos elementos da cultura afro-brasileira para a construção da identidade até a análise crítica dos textos didáticos, principalmente, os contidos nos livros didáticos e paradidáticos, que circulam nas escolas. É preciso compreender a história e a cultura africana e afro-brasileira para que possamos, de fato, contribuir para a formação



da consciência política e histórica da diversidade, construir a identidade e promover práticas que superem o racismo e o preconceito existente no cotidiano escolar.

## **CONCLUSÃO**

A partir da pesquisa realizada, foi possível perceber que muitos/as alunos/as, da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Padre Hildon Bandeira de Alagoa Grande/PB, que inicialmente desconheciam a Lei 10.639/03 acreditam que esta tem sua importância no combate ao preconceito e à discriminação em sala de aula e fora dela e que o seu estudo se faz necessário para valorizar, resgatar nossa história, nossa raiz africana e, assim, promover a inclusão social. Uma das grandes dificuldades reveladas pelos alunos (as) pesquisados é que, além de em sua formação no fundamental I esse tema não ter sido nunca abordado, pesa também a real falta de material didático, como livros paradidáticos que abordem para sua formação às questões pertinentes a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana enviado pelo Estado, para a Escola, na qual estes (as) buscam uma formação de qualidade com o sonho da maioria de um futuro melhor. Convém ressaltar que boa parte do material utilizado pelos pesquisadores na construção do projeto, além do que estes usaram na execução das atividades, ou pertenciam à professora- pesquisadora ou foram gentilmente emprestados pela Secretaria Municipal de Educação de Alagoa Grande.

É irrefutável a importância da temática História e Cultura Afro-brasileira e Africana na sala de aula e sua repercussão em nossa sociedade e, desta feita reafirmar que, sem o espaço escolar, seria impossível reverter o racismo e combater as diversas formas de preconceito. Estamos conscientes de que uma Lei por si mesma não pode mudar uma realidade, cuja construção se deu historicamente a partir da hierarquização social. Mas, a partir dos resultados obtidos, principalmente, no que se refere a nossa experiência de trabalhar a temática através da Literatura Infantil Africana e Afro-brasileira e em uma escola de Fundamental, acreditamos contribuir para ampliar essa discussão acerca da Lei 10.639/03, pois a sensibilização dos discentes e a tomada de consciência pela existência do tema já é um passo importante para tal construção. Esperamos, assim, contribuir, mesmo que minimamente, para o desenvolvimento de políticas públicas que garantam a inclusão efetiva da História e Cultura Africana e Afro-brasileira, a formação de cidadãos conscientes de sua história e cultura e consequentemente, para a redução das desigualdades sociais e educacionais existentes.

## **REFERÊNCIAS**



ABREU, Elinalva Roseno dos S. S. A Lei 10.639/03: resignificando a identidade negra no espaço escolar através dos contos africanos e afro-brasileiros. In: LINS, Cleuma Regina R. R. (Org.) **A linguagem em suas práticas: lingüísticas, literárias, culturais e educacionais**. João Pessoa: Fotograf, 2010.

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2003.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: DF, Outubro, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAVALLEIRO, Eliane. Introdução. In: BRASIL. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Ministério da Educação e Cultura/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Brasília: MEC/ SECAD, 2006.

GIROUX, HENRY A. **Cruzando as fronteiras do discurso educacional: novas políticas em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999, p.134.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1997, pp. 13-41.

HAMZE, Amélia. **História e cultura afro-brasileira**. Disponível em <http://artestics.blogspot.com> maio de 2009 >acesso em mai de 2013.

LOPES, Milano. **O racismo nos livros didáticos**. [online] Disponível na Internet via <http://www.folhadomeioambiente.com.br/fma-104/capa104.htm> Acesso em: 15 mar de 2015.

LOPES, Alice Ribeiro Cassimiro. Pluralismo cultural em políticas de currículo nacional. In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. (org.). **Currículo: políticas e práticas**. Campinas: Papirus, 1999, p.59-79.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2008. GIROUX, HENRY A. **Cruzando as fronteiras do discurso educacional: novas políticas em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999, p.134.

OLIVEIRA, Maria Anória de J. **Personagens negros na literatura infanto- juvenil: uma visão panorâmica**. Folha Literária. Salvador: Fundação Pedro Calmon/Secretaria da Cultura da Bahia, 2007, Ano I, nº 05, 21 de abril, p.2.

\_\_\_\_\_. **Negros personagens nas narrativas literárias infanto-juvenis brasileiras: 1979-1989**. 2001, (Dissertação de Mestrado em Educação) – Departamento de Educação da UNEB, Salvador, 2003.

<http://www.acordacultura.org.br/>

<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 21 mai 2016.